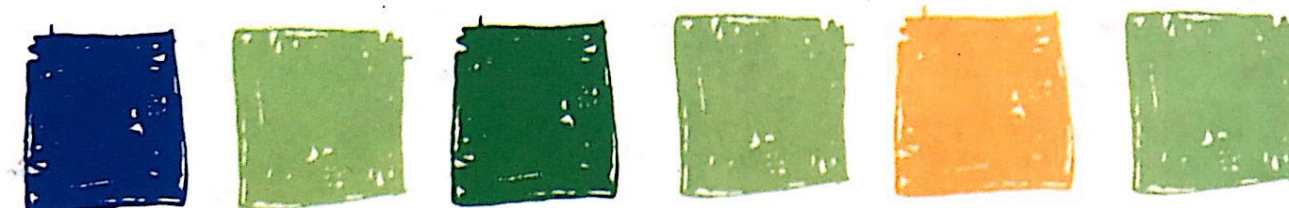
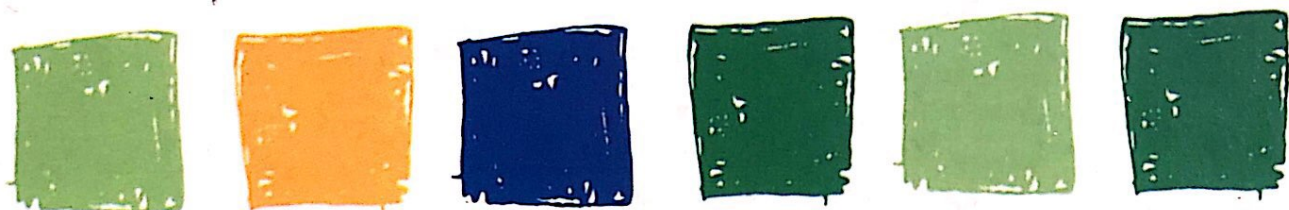
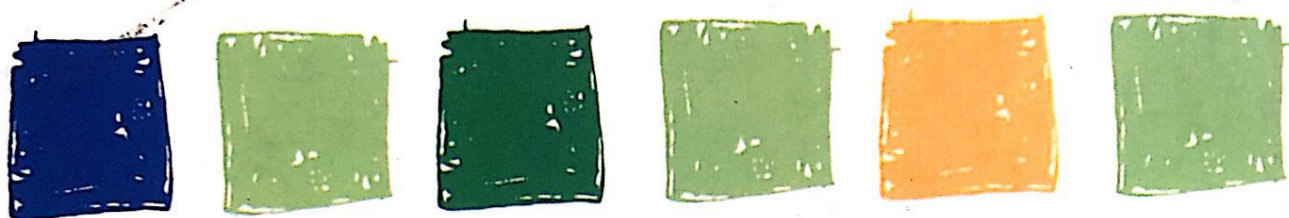
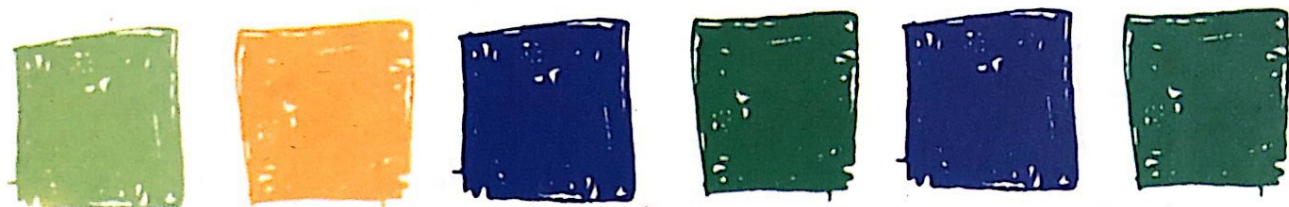


S I N A S E



Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo:

Marcos Normativos Nacionais e Internacionais

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo:

Marcos Normativos Nacionais e Internacionais

Corte IDH
Gestión de Información
y Conocimiento

SUMÁRIO EXECUTIVO

Apresentação	9
BLOCO I	11
Declaração Universal dos Direitos Humanos	13
BLOCO II	21
Declaração dos Direitos da Criança	23
BLOCO III	27
Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude – Regra de Beijing	29
BLOCO IV	41
Princípios Orientadores de Riad	43
Princípios Orientadores das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil	
BLOCO V	47
Estatuto da Criança e do Adolescente	49
LIVRO I	49
PARTE GERAL	49
TÍTULO I – Das Disposições Preliminares	49
TÍTULO II – Dos Direitos Fundamentais	50
Capítulo I – Do Direito à Vida e à Saúde	50
Capítulo II – Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade	52
Capítulo III – Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária	54
<i>Secção I – Disposições Gerais</i>	54
<i>Secção II – Da Família Natural</i>	56
<i>Secção III – Da Família Substituta</i>	56
<i>Subsecção I – Das Disposições Gerais</i>	56
<i>Subsecção II – Da Guarda</i>	58
<i>Subsecção III – Das Tutela</i>	59
<i>Subsecção IV – Da Adoção</i>	60
Capítulo IV – Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer	72
Capítulo V – Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho	73

TÍTULO III – Da Prevenção	75
Capítulo I – Disposições Gerais	75
Capítulo II – Da Prevenção Especial	77
<i>Secção I – Da Informação, Cultura, Lazer, Esportes, Diversões e Espetáculos</i>	77
<i>Secção II – Dos Produtos e Serviços</i>	78
<i>Secção III – Da Autorização para Viajar</i>	79
LIVRO II	80
PARTE ESPECIAL	80
TÍTULO I – Da Política de Atendimento	80
Capítulo I – Disposições Gerais	80
Capítulo II – Das Entidades de Atendimento	81
<i>Secção I – Disposições Gerais</i>	81
<i>Secção II – Da Fiscalização das Entidades</i>	86
TÍTULO II – Das Medidas de Proteção	87
Capítulo I – Disposições Gerais	87
Capítulo II – Das Medidas Específicas de Proteção	87
TÍTULO III – Da Prática do Ato Infracional	93
Capítulo I – Das Disposições Gerais	93
Capítulo II – Dos Direitos Individuais	93
Capítulo III – Das Garantias Processuais	94
Capítulo IV – Das Medidas Socioeducativas	94
<i>Secção I – Disposições Gerais</i>	94
<i>Secção II – Da Advertência</i>	95
<i>Secção III – Da Obrigação de Reparar o Dano</i>	95
<i>Secção IV – Da Prestação de Serviços à Comunidade</i>	96
<i>Secção V – Da Liberdade Assistida</i>	96
<i>Secção VI – Do Regime de Semiliberdade</i>	97
<i>Secção VII – Da Internação</i>	97
Capítulo V – Da Remissão	99
TÍTULO IV – Das Medidas Pertinentes aos Pais ou Responsável	100
TÍTULO V – Do Conselho Tutelar	101
Capítulo I – Disposições Gerais	101
Capítulo II – Das Atribuições do Conselho	102
Capítulo III – Da Competência	103
Capítulo IV – Da Escolha dos Conselheiros	103
Capítulo V – Dos Impedimentos	104
TÍTULO VI – Do Acesso à Justiça	104
Capítulo I – Disposições Gerais	104

Capítulo II – Da Justiça da Infância e da Juventude	105
<i>Secção I – Disposições Gerais</i>	105
<i>Secção II – Do Juiz</i>	105
<i>Secção III – Dos Servidores Auxiliares</i>	107
Capítulo III – Dos Recebimentos	108
<i>Secção I – Disposições Gerais</i>	108
<i>Secção II - Da Perda e da Suspensão do Poder Familiar</i>	108
<i>Secção III - Da Destituição da Tutela</i>	111
<i>Secção IV - Da Colocação em Família Substituta</i>	111
<i>Secção V - Da apuração de Ato Infracional Atribuído a Adolescente</i>	113
<i>Secção VI - Da Apuração de Irregularidades em Entidade de Atendimento</i>	118
<i>Secção VII - Da Apuração de Infração Administrativa às Normas de Proteção à Criança e ao Adolescente</i>	119
<i>Secção VIII - Da Habilitação de Pretendentes à Adoção</i>	120
Capítulo IV - Dos Recursos	122
Capítulo V – Do Ministério Público	124
Capítulo VI - Do Advogado	126
Capítulo VII - Da Proteção Judicial dos Interesses Individuais, Difusos e Coletivos	127
TÍTULO VII - Dos Crimes e das Infrações Administrativas	131
Capítulo I - Dos Crimes	131
<i>Secção I - Disposições Gerais</i>	131
<i>Secção II - Dos Crimes em Espécie</i>	131
Capítulo II – Das Infrações Administrativas	137
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	141
BLOCO VI	149
Resolução do CONANDA N.º 119, de 11 de Dezembro de 2006, aprova o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo	151
Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE	153
Lista de Siglas	153
Lista de tabelas	154
Apresentação	155
Introdução	158
1. Marco Situacional	160
2. Conceito e integração das políticas públicas	167
3. Princípios e marco legal do Sistema de Atendimento Socioeducativo	170
4. Organização do SINASE	180
5. Gestão dos Programas	189
6. Parâmetros de Gestão Pedagógica no Atendimento Socioeducativo	197

7. Parâmetros Arquitetônicos para Unidades de Atendimento Socioeducativo	226
8. Gestão do Sistema e Financiamento	231
9. Monitoramento e Avaliação	238
10. Bibliografia	247
Anexo – Detalhamento técnico das normas, definições e etapas para elaboração e desenvolvimento de projetos arquitetônicos e complementares das Unidades de atendimento socioeducativo de internação e internação provisória	251
BLOCO VII	273
Lei N.º 12.594 de 18 de Janeiro de 2012, institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)	275
BLOCO VIII	309
Resolução do CONANDA N.º 160, de 18 de Novembro de 2013, aprova o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo	311
Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e Eixos Operativos para o SINASE	313